

Militares da reserva vão à Justiça por isonomia salarial

BRASÍLIA — Dezessete militares da reserva entraram com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para receber até 150% de reajuste salarial no período compreendido entre outubro de 1988 e janeiro de 1989. A reivindicação decorre do aumento de vencimentos concedido aos ministros do Superior Tribunal Militar (STM) em 9 de janeiro, retroativo a 6 de outubro, não repassado aos militares, embora nesse período estivesse em vigor um decreto-lei que assegurava a isonomia salarial dos dois setores.

“Queremos o cumprimento da lei”, diz o tenente Antônio de Souza Garcia, presidente da Associação de Servidores Militares da Reserva (Asmir), uma entidade criada em abril

com a principal finalidade de lutar por melhorias salariais para sua classe. “É muito estranho que o ministro Leônidas diga que não devemos entrar na Justiça, por sermos patriotas, enquanto ele recebe dois salários e tem motoristas e ajudantes de ordem à sua disposição”, acusa Garcia, que, na reserva, recebe cerca de NCz\$ 1.200,00 por mês, após 30 anos de serviços prestados ao Exército.

O reajuste de 30% nos salários dos servidores, concedido esta semana pelo governo, é classificado pelo presidente da Asmir de “ridículo”. “Não queremos esmola, queremos dignidade com o cumprimento da lei”, afirma Garcia.

ESP 24.05.89, p. 31 cad.